



# DECISÃO!

Rua Albitea, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da amagis pelo whatsapp ou telegram - (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



## Valorização é meta da futura diretoria do TJ

ASCOM/AMB



Ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, no Congresso Brasileiro de Magistrados

Em entrevista ao DECISÃO, os futuros dirigentes do TJMG, cuja posse será no dia 29 de junho, falaram sobre os projetos da nova gestão. O presidente eleito do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, reafirmou o compromisso com a valorização da classe.

**PÁGINAS 12 A 15**

## Minas debate desafios da Magistratura em AL

Durante três dias, magistrados mineiros participaram do XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado pela AMB e a Associação Alagoana de Magistrados, em Maceió (AL), de 24 a 26 de abril, para discutir dos desafios da classe. Entre os palestrantes, estava a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, que defendeu um Poder Judiciário forte, independente e eficiente. **PÁGINA 9**

Conciliação avança na AGU

**PÁGINA 3**

TJ autoriza cargos de assessor

**PÁGINA 4**

### +SAÚDE!

#### FAMILIARES USUFRUEM DO CHECK-UP

Com grande adesão entre os magistrados, o programa Check-up da Amagis Saúde tem atraído também o interesse dos seus familiares, que são beneficiários do plano e têm o direito aos exames gratuitamente no mês do aniversário. **PÁGINA 24**

## Futura direção do TJMG reafirma a parceria com Amagis e a classe

MAURÍCIO SOARES\*

O diálogo ativo e a parceria com outros poderes, sem submissão ou omissão, visando sempre a valorização da Magistratura, foram reafirmados como iniciativas imprescindíveis ao fortalecimento e aperfeiçoamento do Judiciário, no mês de maio, durante a eleição da futura diretoria do TJMG para o próximo biênio e o XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado em Maceió.

Nos três dias consecutivos do Congresso de Maceió, magistrados de todo o País assistiram a palestras de ministros do STF, juristas, filósofos e especialistas de diversas áreas e debateram sobre os principais temas de interesse da Magistratura. Ao final, aprovaram a 'Carta de Maceió' pela qual alertam a sociedade sobre

Em Minas, a exemplo da atual gestão, iniciada pelo determinado e saudoso presidente Herbert Carneiro e sendo concluída, com iguais dedicação e êxito, pelo presidente Geraldo Augusto de Almeida, o futuro presidente do Tribunal, Nelson Missias de Moraes, também reafirmou a importância da parceria com a Amagis na gestão do Judiciário mineiro.

Temos a convicção de que nossas demandas serão reconhecidas e atendidas porque o próximo presidente conhece, como poucos e de perto, as necessidades dos magistrados, especialmente do primeiro grau de jurisdição onde a Justiça começa.

No plano de gestão apresentado, o desembargador Nelson Missias acentuou a importância de manter a valorização dos membros do Poder Judiciário

**“Apesar das dificuldades, especialmente orçamentárias, a futura direção mantém a convicção e defesa firmes da autonomia do TJMG”**

os riscos do estado democrático de direito e dos valores republicanos e a importância da manutenção do combate à corrupção, além de postular por melhores estruturas de trabalho, compatível com o amplo acesso à Justiça, valorização da classe e requerer mecanismos de segurança pessoal aos magistrados ameaçados e dos prédios nos fóruns, entre outras demandas.

Entre a presidente do STF, Cármen Lúcia, ministros, deputados federais, juristas e magistrados, ficou claro que há o consenso de que o Judiciário está em permanente construção e que somente alcançaremos êxito por meio da interlocução constante e esforço concentrado. Como a presidente do Supremo, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, também presente ao evento, reconheceu que nada será discutido e decidido sobre o futuro da classe e do Judiciário sem ouvir, antes, as Associações de magistrados.

e servidores como condição primordial e fundamental para a atividade-fim do TJMG. Pontuou e reconheceu que o aperfeiçoamento do Judiciário é construção permanente da qual os magistrados são protagonistas capazes de contribuir sobre o que pode e necessita ser feito, razão pela qual propõe gestão participativa. Irá fazer uma gestão, e terá o apoio da Amagis, na busca de novas fontes de arrecadação e aplicação dos recursos de maneira eficiente.

Em toda a sua trajetória exitosa, quando acumulou visão associativa e institucional, Nelson Missias sempre valorizou a importância do diálogo e da auscultação, como demonstrou no período em que dirigiu a nossa Amagis. Apesar das dificuldades que irá enfrentar, especialmente orçamentárias, mantém a convicção e defesa firmes da autonomia administrativa e financeira do Tribunal. ■

(\* ) Presidente da Amagis

### ÍNDICE DECISÃO!

AGU confirma avanço em conciliação de direito  
**PÁG 03**

TJ disponibiliza mais 45 cargos de assessores  
**PÁG 04**

Associações debatem valorização no STF  
**PÁG 05**

Órgão Especial realiza primeira sessão virtual  
**PÁG 06**

Caratinga amplia Apac  
**PÁG 07**

Primeira seccional da Amagis faz 45 anos  
**PÁG 08**

Valorização da classe é tônica de Congresso  
**PÁG 09**

Futura diretoria quer gestão compartilhada  
**PÁG 12**

Magistrados debatem ciências penais  
**PÁG 16**

Diálogo segue fortalecido  
**PÁG 17**

### +SAÚDE!

Carteira da Amagis Saúde gera agilidade e economia  
**PÁG 22**

Vacinação imuniza 300 usuários do plano  
**PÁG 23**

### JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



#### PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

#### Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

#### Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Junior

#### Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiz José Martinho Nunes Coelho

#### Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

#### Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Ricardo Torres Oliveira

#### Diretor-Secretário

e de Comunicação:

Juiz Christyano Lucas Generoso

#### Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

#### Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# AGU confirma avanço em conciliação de direito

Reuniões irão preservar discussões antes de proposta ser formalizada

**A** quinta reunião de trabalho na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) realizada com representantes de Associações de classe, na sede da Advocacia-Geral da União (AGU), no dia 8 de maio, em Brasília, sobre a ajuda de custo para moradia de juízes e membros do Ministério Público representou uma avanço na busca de uma solução consensual para o tema.

Essa avaliação positiva é feita pela própria AGU, que aponta a definição do objeto passível de negociação e a expectativa de aceleração nas tratativas como pontos decisivos para o avanço na conciliação. O órgão observou ainda que a estratégia de discussão antes da formalização de qualquer proposta deverá ser mantida nas próximas reuniões.

A reunião teve a participação da ministra Grace Mendonça, do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, e demais inte-

AGU



Representantes de Associações durante reunião na AGU

grantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). O presidente da Amagis, Maurício Soares, esteve em Brasília, juntamente com outras lideranças estaduais, acompanhando as negociações e defendendo os direi-

tos dos magistrados mineiros.

Pouco menos de uma semana, antes da reunião na AGU, durante encontro com representantes de Associações estaduais de magistrados, realizado no dia 4 de maio, a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF e do

CNJ, destacou que a opção pela conciliação na CCAF da AGU, referente à ajuda de custo moradia, foi uma alternativa adotada de forma inteligente, por quem busca soluções definitivas e adequadas. *(Saiba mais sobre o encontro com a ministra na página 5).* ■

## Amagis manifesta apoio a juíza

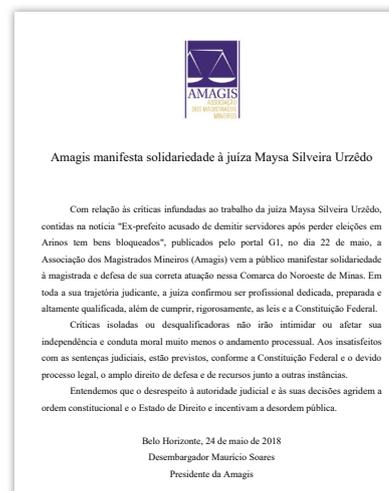
Presidente Maurício Soares defendeu a atuação de magistrada

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, divulgou, no dia 24 de maio, nota pública na qual contestou críticas infundadas feitas ao trabalho da juíza Maysa Silveira Urzêdo, em notícia veiculada no portal G1, no dia 22 de maio, intitulada "Ex-prefeito acusado de demitir servidores após perder eleições em Arinos tem bens bloqueados".

No texto, o presidente Maurício Soares solidarizou-se com a magistrada e afirmou que, em toda sua trajetória, Maysa Silveira tem atuado como profissional dedicada, preparada e qualificada, cumprindo rigorosamente as leis e a Constituição Federal.

"Críticas isoladas ou desqualificadoras não irão intimidar ou afetar sua independência e conduta moral muito menos o andamento processual", sustentou o presidente da Associação ao pontuar ainda, que aos insatisfeitos com as sentenças judiciais, estão previstos, conforme a Constituição Federal e o devido processo legal, o amplo direito de defesa e de recursos junto a outras instâncias.

Na nota, Maurício Soares manifestou ainda o entendimento de que o desrespeito à autoridade judicial e às suas decisões agride a ordem constitucional e o Estado de Direito e incentiva a desordem pública. ■

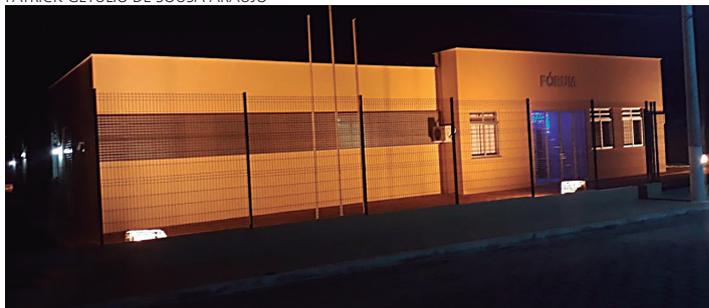


Nota da Amagis

# TJ disponibiliza mais 45 cargos de assessores

Medida reforça política de atenção ao primeiro grau de jurisdição

PATRICK GETÚLIO DE SOUSA ARAÚJO



Fórum da Comarca de Taiobeiras

**R**eforçando a política de atenção ao primeiro grau de jurisdição, o presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, autorizou, no dia 8 de maio, a lotação de mais 45 cargos de assessor em diversas comarcas do Estado.

Ao todo, 95 comarcas foram contempladas, uma vez que, em fevereiro deste ano, o Tribunal já havia autorizado a lotação de 50 cargos de assessor em comarcas de primeira entrância com maior distribuição processual.

Desde o ano passado, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, vem fazendo diversas gestões junto ao então presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, por mais efetividade da Resolução nº 219/2016

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.

No início de cada ano, a Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional apresentará um quadro comparativo de produtividade, a partir do qual o presidente do Tribunal poderá avaliar a decisão de manter ou não a autorização de provimento de cargos de assessores.

A portaria nº 4.102/18, com a lotação dos 45 cargos de assessor, foi publicada no Diário do Judiciário Eletrônico, no dia 8 de maio. A medida atende à reivindicação da Amagis em defesa da valorização do primeiro grau. ■

## COMARCAS CONTEMPLADAS

- ◉ Aimorés
- ◉ Arinos
- ◉ Botelhos
- ◉ Buritis
- ◉ Caldas
- ◉ Campina Verde
- ◉ Carandaí
- ◉ Coração de Jesus
- ◉ Divino
- ◉ Dores do Indaí
- ◉ Espinosa
- ◉ Galiléia
- ◉ Ibiá
- ◉ Itapeçerica
- ◉ Jaboticatubas
- ◉ Jacinto
- ◉ Jacutinga
- ◉ Nova Era
- ◉ Paraisópolis
- ◉ Perdões
- ◉ Rio Casca
- ◉ Rio Pomba
- ◉ Santa Vitória
- ◉ São João da Ponte
- ◉ Taiobeiras
- ◉ Turmalina
- ◉ Vazante
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de Governador Valadares
- ◉ 2ª Unidade Jurisdicional Criminal de Belo Horizonte
- ◉ 1ª Unidade Jurisdicional de Contagem
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de Betim
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de Sete Lagoas
- ◉ 1ª Unidade Jurisdicional de Juiz de Fora – 2º JD
- ◉ 2ª Unidade Jurisdicional de Juiz de Fora
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de Campo Belo
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de São Sebastião do Paraíso
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de Itabira
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de Nova Lima
- ◉ Unidade Jurisdicional Única de Caratinga

**A Amagis mantém convênios com empresas em diversos segmentos**

Accesse o site [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br) e vá até o link "Convênios" na seção "Institucional".



**CONFIRA E ECONOMIZE TEMPO E DINHEIRO!**



# Associações debatem valorização no STF

Cristiana Gualberto representou a Amagis em reunião com Cármen Lúcia

**A** pedido da AMB e Associações estaduais de magistrados, como a Amagis, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconstituiu a comissão de conselheiros, responsável por avaliar o cumprimento da Resolução CNJ nº 219/2016, que instituiu a equalização da força de trabalho nos tribunais brasileiros.

O anúncio sobre essa medida foi feita pela ministra Cármen Lúcia, presidente do STF e do CNJ, durante o segundo encontro com representantes das Associações estaduais, realizado, no dia 4 de maio, em Brasília, do qual participou a

vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro.

A Política de Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (Resolução CNJ nº 2179/2016) foi o tema central da reunião, que incluiu ainda a discussão de assuntos como a segurança dos juízes, valorização da magistratura, sistema penitenciário e o workshop sobre orçamento. Durante o encontro, os representantes das Associações relataram à presidente do Supremo questões específicas de seus estados.

Outro ponto discutido na reunião foi a instituição da Valori-

ASCOM/AMB



**Cristiana Gualberto em reunião no STF**

zação por Tempo de Magistratura e Ministério Público. O presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, destacou a preocupação das Associações com os aposentados. Os dirigentes associativos foram unânimes ao reafirmar a importância de uma solução capaz de atender às necessi-

dades dos magistrados que não estão mais na ativa.

A expectativa é de que novo encontro seja realizado ainda neste ano, a fim de que o diálogo seja reforçado e de que possa encontrar soluções institucionais que representem melhorias para o Judiciário. ■

## Associações repudiam declarações de Gilmar Mendes

Amagis endossou a manifestação e saiu em defesa da Magistratura

A Amagis aderiu e reforçou as críticas de Associações de classe de todo o País, que, por meio da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), repudiaram as declarações desrespeitosas do ministro Gilmar Mendes, do STF, contra magistrados e membros do Ministério Público brasileiros, no dia 3 de maio, por ocasião do julgamento de questão de ordem levantada nos autos da Ação Penal nº 937.

Sobre a afirmação do ministro de que o sistema de Justiça Criminal nos di-

versos estados da federação é disfuncional, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, observou que o relatório Justiça em Números 2017 (ano-base 2016), do Conselho Nacional de Justiça, demonstrou estatisticamente a atuação dedicada e o alcance social do trabalho de juízes e juízas, muitas vezes realizados em condições e contextos adversos.

Maurício Soares destacou ainda que, de acordo com os dados do relatório do CNJ, o TJMG e o TRE-MG estão, por meio do trabalho

de cada magistrado e servidor, entre os 11 tribunais do País que têm cumprido a meta de julgar mais processos do que receberam.

Em nota, a Frentas também ressaltou os dados do relatório Justiça em Números com indicativo do trabalho sério realizado por juízes de todo o País. Os representantes da Frente afirmam ainda que as declarações desrespeitosas contra a

atuação dos juízes e membros do Ministério Público brasileiros são despropositadas e com o nítido objetivo de desestabilizar o sistema de Justiça.

A Frentas destacou ainda que os resultados do trabalho dos juízes e seu retorno à sociedade são públicos, com avanço civilizatório na defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais dos cidadãos e no combate à corrupção. ■

# Órgão Especial realiza primeira sessão virtual

Julgamento foi realizado com uso do Sistema Eletrônico de Informações

O Órgão Especial do TJMG realizou, no dia 23 de maio, sua primeira sessão virtual, dando mais um importante passo em prol da produtividade, agilidade e eficiência das atividades jurisdicionais do Tribunal.

O mecanismo utilizado para o julgamento foi o Sistema Eletrônico de Informações, a partir do qual cada magistrado teve até as 23h59 do dia da sessão para incluir seu voto no processo. Nessa primeira experiência, foram deliberadas questões administrativas e votados os providimentos dos juízes (veja abaixo).

O julgamento presencial está mantido para os feitos em que há manifestação dos advogados para a sustentação oral. Para garantir o direito dos advogados de pedir a impugnação de algum julgamento, a pauta virtual foi publicada com antecedência e, em caso de oposição, o processo foi transferido para a modalidade presencial.

Na avaliação do presidente do TJMG, desembargador

IZABELA MACHADO



## Órgão Especial manterá sessões presenciais

Geraldo Augusto, a adoção do recurso racionaliza os trabalhos e gera economia para o Tribunal. Ele observou ainda que a medida atende às

recomendações do Conselho Nacional de Justiça.

A realização da sessão virtual está de acordo com o Código de Processo Civil, no

qual os atos e os termos processuais podem ser realizados de diferentes maneiras, desde que atendam à finalidade essencial e que não firam a lei. ■

## DE COMARCA EM COMARCA

- ★ Fausto Bawden de Castro Silva foi removido, por merecimento, da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Uberaba para a 4ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte
- ★ Evandro Cangussu Melo foi removido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Montes Claros para 5ª Vara Cível da mesma comarca
- ★ Vitor Luís de Almeida foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível da Comarca de Fabriciano para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Montes Claros
- ★ Dayane Rey da Silva foi promovida, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal, de Execuções Penais e do Juizado Especial da Comarca de Manhumirim para a 1ª Vara Criminal da Infância e da Juventude da Comarca de Itabira
- ★ João Paulo Júnior foi removido, por merecimento, do cargo de Juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Timóteo para a 2ª Vara Cível da Comarca de Pouso Alegre
- ★ Fernando de Moraes Mourão foi removido, por merecimento, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Oliveira para a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Três Corações
- ★ André Luiz Alves, que respondia como 54º Juiz de Direito Substituto da vara única da Comarca de Conceição do Mato Dentro, foi promovido, por antiguidade, para a Vara Cível da Comarca de Itabacuri
- ★ Luiz Felipe Sampaio Aranha foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca Manga para a 1ª
- ★ Leornado Curty Bergamini, que respondia como 90º Juiz de Direito Substituto na vara única da Comarca de Espera Feliz, foi promovido, por antiguidade, para 1º Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Além Paraíba
- ★ Paulo Sergio Vidal foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Inhapim para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Piumhi
- ★ Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de João Pinheiro

# Caratinga amplia Apac

## Unidade já recebe novos recuperandos

**A** Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Caratinga (Leste), cujas obras de ampliação das suas instalações foram inauguradas em abril, começou a receber, em maio, novos recuperandos que irão ocupar parte das 24 vagas criadas com a inauguração de quatro novos alojamentos na unidade.

De acordo com o juiz Consuelo Silveira Neto, da 1ª Vara Criminal dessa Comarca, a obra teve um custo de R\$ 150 mil, dos quais R\$ 135 mil foram transferidas pelo TJMG, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, e que são provenientes de prestações pecuniárias. Os outros R\$ 15 mil foram a contraparti-

ARQUIVO PESSOAL



Pastor Elan Tebas, Consuelo Silveira e Valdeci Ferreira, presidente Fabac

da dada pela Apac de Caratinga.

Segundo o magistrado, a ampliação da unidade só foi possível em função da Conta Regional de Destinação e Prestação Pecuniárias, criada pelo TJMG, regulamentada pelo Provimento Conjunto 27/2013, que possibilitou o acesso da Apac ao recurso por meio da publicação de edital.

O juiz destacou ainda que,

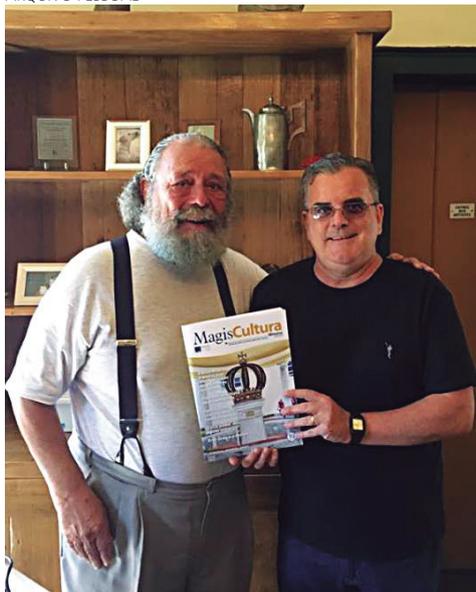
para acolher os novos recuperandos, foi preciso realizar um planejamento para garantir que eles fossem matriculados imediatamente na escola estadual que funciona no interior da unidade, e também nas oficinas de trabalho. As novas instalações da unidade receberam o nome do desembargador Herbert Carneiro, ex-presidente do TJMG e

da Amagis, falecido em abril deste ano. Em função dessa ampliação, a Apac de Caratinga já havia recebido 26 novos recuperandos, dois dos quais 16 foram transferidos da Apac de Timóteo, sendo que dois deles ocuparão vagas preenchidas das antigas instalações, enquanto essa unidade passa por uma reformulação. ■

da Amagis, falecido em abril deste ano.

Em função dessa ampliação, a Apac de Caratinga já havia recebido 26 novos recuperandos, dois dos quais 16 foram transferidos da Apac de Timóteo, sendo que dois deles ocuparão vagas preenchidas das antigas instalações, enquanto essa unidade passa por uma reformulação. ■

ARQUIVO PESSOAL



**MAGISCULTURA:** Convidado especial da 19ª edição MagisCultura Mineira, o ministro aposentado do STF Eros Grau recebeu o exemplar da revista no dia 30 abril, durante encontro com o desembargador Rogério Medeiros, realizado na cidade histórica de Tiradentes. Eros Grau é autor da crônica *Passado e futuro não existem*, na qual reflete sobre o tempo. ■

## RÁPIDAS

• Os desembargadores do TJMG elegeram, no dia 21 de maio, os novos integrantes das comissões do Tribunal. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da votação e acompanhou a apuração. O mandato dos novos integrantes vai de 2018 a 2020. Veja abaixo a relação de magistrados eleitos e suas respectivas comissões:

### Comissão de Organização e Divisão Judiciária

- Agostinho Gomes de Azevedo
- Alice de Souza Birchall
- Elias Camilo Sobrinho
- Juliana Campos Horta de Andrade
- Marco Aurélio Ferenzini

### Comissão de Regimento Interno

- Alberto Vilas Boas
- Carlos Roberto de Faria
- José Flávio de Almeida
- José Marcos Vieira
- Márcio Idalmo

### Comissão Salarial

- Júlio Cezar Gutierrez
- Newton Teixeira Carvalho
- Ramom Tácio

### Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças

- Alexandre Victor de Carvalho
- Amauri Pinto
- Ronaldo Claret de Moraes

### Comissão de Promoção

- Alberto Henrique Costa de Oliveira
- José Américo Martins da Costa
- Luiz Artur Hilário
- Pedro Aleixo Neto

# Primeira seccional da Amagis faz 45 anos

Representação surge a partir da união entre o interior e a capital

**E**m 63 anos de atuação em defesa das prerrogativas e direitos da Magistratura mineira, a Amagis traz em sua história a marca indelével da união entre o interior e a capital, de tal forma que, hoje, a Associação conta com 26 diretorias seccionais nas mais distintas regiões do Estado, cujas atuações garantem a interlocução permanente da diretoria da instituição com os juízes que atuam em diferentes comarcas.

Esse processo de interiorização teve início no dia 12 de maio de 1973, quando a Amagis instalou, em

MARCELO ALBERT/TJMG



Fórum da Comarca de Juiz de Fora

Juiz de Fora, sua primeira representação no interior: a seccional da Zona da Mata. Com o fortalecimento e ampliação da atuação da Associação ao longo dos anos, foram instaladas na região as seccionais de Manhuaçu, Viçosa e Muriaé, que respondem em média por cerca de dez comarcas.

A criação da primeira seccional da Associação na região da Zona da Mata pode ser atribuída ao fato de que, no dia 3 de outubro de 1970, magistrados de Juiz de Fora fundaram a Associação Regional de Magistrados (Armam). Dois anos depois, a Armam e a Associação Estadual de Ma-

gistrados (Assemag), criada por juízes de Belo Horizonte, em 28 de setembro de 1970, foram incorporadas à Amagis, cuja fundação se deu em 1955.

Um dos primeiros resultados dessa união foi a criação, em 1976, do Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico da Associação, hoje consolidado como Amagis Saúde. Outro importante passo, atribuído a essa unificação, foi a construção da sede da Amagis, inaugurada em 1983, na gestão do desembargador Lincoln Rocha. ■

## Nutris homenageia fundadora

Retratos de Dona Lucinda foram instalados nas unidades do Núcleo

A fundadora do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e do Núcleo de Arte e Cultura (NAC), Lucinda Alvarez de Oliveira Leite, carinhosamente chamada de Dona Lucinda, falecida em 7 de fevereiro último, foi homenageada, no dia 10 de maio, com a instalação do seu retrato nas duas unidades do projeto, que, juntas, atendem a mais de 200 crianças e adolescentes no bairro Mariano de Abreu (região leste de Belo Horizonte).

TIAGO PARRELA



Instalação da foto no Nutris

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, participaram da homenagem. Estiveram presentes ainda a presidente do Nutris

e diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, a presidente de honra do Núcleo, Marta Gribel Cascardo de Almeida, e pensionistas, como Delenda de Faria Campos, familiares da fundadora

da instituição e funcionários do Núcleo.

As crianças e adolescentes atendidos no Nutris e no NAC recebem apoio pedagógico, reforço escolar e participam de atividades como dança, teatro, pintura e a prática esportiva. Para manter seu funcionamento, as instituições contam com o apoio da Magistratura mineira. Os interessados em contribuir podem ter mais informações pelos telefones (31) 3079-3471, na Amagis, ou (31) 3485-6035, no Nutris. ■

# Valorização da classe é tônica de Congresso

Encontro reuniu magistrados de todo o País em Maceió

**A** Magistratura brasileira se reuniu no XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, que aconteceu na cidade de Maceió (AL), entre os dias 24 de 26 de maio. O encontro, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com a Associação Alagoana de Magistrados (Amagis), teve como tema central “A politização do Judiciário ou a judicialização da política?”.

Durante os três dias, magistrados de todo o País assistiram a palestras de ministros do STF, juristas, filósofos e especialistas de diversas áreas e debateram os principais temas de interesse da Magistratura, o que resultou na aprovação, em assembleia geral, da ‘Carta de Maceió’. O documento, assinado pelo presidente da AMB, Jayme de Oliveira, contém as deliberações que foram resultado do intenso trabalho durante o Congresso.

Entre os pontos do documento, estão a necessidade de alertar a sociedade sobre os riscos a que estão submetidos o Estado Democrático de Direito e os valores republicanos; o combate à corrupção; postular melhor estrutura de trabalho, compatível com o amplo acesso à Justiça; requerer mecanismos de segurança nos prédios públicos do Poder Judiciário e pessoal aos magistrados ameaçados; pleitear a efetiva participação dos magistrados na elaboração da política orçamentária dos tribunais; requerer a ampla democratização interna em relação à eleição dos órgãos diretivos dos tribunais, entre outros.

## AMAGIS

Na avaliação do vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, que representou o presidente Maurício Soares no evento, o congresso foi de alto nível, com discussões de matérias jurídicas e associativas que envolvem toda a classe, com

**Delegação mineira com o ministro Roberto Barroso no Congresso**

ARQUIVO PESSOAL



diversos palestrantes, como os ministros Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Cármen Lúcia (presidente), do STF.

O magistrado ainda destacou as plenárias que a AMB realizou, quando foram discutidos diversos assuntos que estão tramitando na Câmara dos Deputados, como as prerrogativas e os auxílios para a Magistratura, entre outros.

Além da programação científica do congresso, os representantes da Magistratura realizaram reuniões para discutir diversos temas de interesse da classe. Alberto Diniz Junior ainda representou a Amagis nas reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB e do Conselho de Representantes, nos dias 23 e 24 de maio, quando foi tratada a evolução dos trabalhos sobre a ajuda de custo moradia, entre outros temas.

A vice-presidente de Saúde da Amagis,

juíza Luzia Peixôto, também participou do congresso e afirmou que o encontro foi muito positivo por proporcionar a interlocução entre os magistrados de outros estados, quando juízes de 1º e 2º grau e magistrados dos tribunais superiores conheceram as dificuldades e necessidades da primeira instância.

Uma das palestrantes do evento foi a presidente do STF e do CNJ, ministra Cármen Lúcia. Ela afirmou que busca a melhoria do Poder Judiciário, inclusive a material. “Há muita coisa a ser feita, mas não temos um Judiciário construído, temos um Judiciário permanentemente em construção para atender às demandas da cidadania. Da minha parte, como cidadã, professora de Direito Constitucional e juíza, sou a favor de um Poder Judiciário forte, independente e eficiente”, destacou.

O juiz João Carneiro Duarte Neto, da Comarca de Manga, no Norte de Minas, teve duas teses e uma monografia aprovadas para apresentação no congresso. A monografia do magistrado será publicada em livro pela AMB. O juiz destacou a importância do congresso e fez questão de incentivar os colegas a participarem mais desse tipo de evento, em especial da programação científica.

O juiz foi um dos contemplados no sorteio da ajuda de custo oferecida pela Amagis, como forma de incentivar a participação dos magistrados mineiros, e elogiou a iniciativa da Associação.

Entre os magistrados mineiros que também estiveram presentes e receberam o apoio da Amagis, por meio de sorteio, estão Miriam Vaz Chagas, Luzia Peixôto, Flávia Lanari e Célia Andrade Corrêa. ■

**Acesse aqui a Carta de Maceió**



**ou pelo link**  
<https://bit.ly/2LBLKup>

# Você Sabia?

Com o novo Código de Processo Civil os leilões podem ser realizados preferencialmente eletrônicos.

Considerando a incumbência do Leiloeiro Público de publicar o edital, na qualidade de auxiliar do juízo; assumimos o encargo de confeccionar e publicar o edital, eximindo a secretaria deste ônus.

Levantamos eventuais ônus, através de matrícula atualizada e intimamos os credores (hipotecários, coproprietários, usufrutuários, locatários e outros).

Conferimos as intimações e tomamos providências que eliminam a possibilidade de cancelamento.

Divulgação: a mais ampla e irrestrita. Buscamos efetivamente o público alvo (compradores para determinado bem, consumidor final) através de técnicas modernas como redes sociais, google adwords e remarketing.

Resultado médio de 90% para bens imóveis e 70% para bens móveis

O leilão é positivo, ou as partes fazem acordo, ou o executado faz o pagamento da dívida.



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesm@leiloesm.com.br



## GRUPO CRÉDITO

**Administrador judicial** mediante nomeação em várias comarcas. Recentemente:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...



TJMMG

# James Ferreira, presidente do TJMMG

**Entregar serviços judiciais com qualidade, efetividade e transparência. Essa será a tônica do TJMMG durante o próximo biênio (2018-2019), de acordo com o seu novo presidente, o Juiz Cel. James Ferreira. Para levar essa missão adiante, o juiz conta não só com sua experiência administrativa no período em que atuou no Poder Executivo, mas com o apoio de magistrados civis e militares e um corpo de servidores, segundo ele, altamente qualificados e aptos a dar andamento ao planejamento estratégico realizado pela instituição.**

*“Nossa tônica será a entrega de serviços judiciais com qualidade, efetividade e transparência”*

*“Entendo que a Justiça Militar é muito importante para o equilíbrio da sociedade, pois a segurança pública é um dos temas mais relevantes do País”*

**Qual será a tônica da gestão do senhor?**

Nossa tônica será a entrega de serviços judiciais com qualidade, efetividade e transparência. Iremos orientar nossas ações a partir do plano estratégico elaborado no Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) em 2015, com a participação de magistrados e servidores, que fixou diretrizes até 2020. Pretendo seguir com bastante fidelidade o que foi previsto nesse planejamento e, para isso, conto com a experiência que tive como servidor público, no período em que atuei no Poder Executivo. Hoje, as instituições são muito cobradas para ser céleres, produtivas e ter qualidade. A efetivação do planejamento estratégico é uma forma de garantir que a sociedade tenha a melhor qualidade possível no serviço prestado a ela.

**Como unir agilidade e qualidade na gestão?**

Esse é um grande desafio, porque o serviço judicial é um serviço muito difícil, muito especializado. E a Justiça Militar é também uma justiça especializada, como as justças do Trabalho e Eleitoral. Então, é preciso ter uma equipe muito boa e sempre estarmos inteirados no que tem de mais moderno na vida corporativa, para podermos entregar a melhor prestação ju-

risdicional para a nossa sociedade.

**Qual a importância da Justiça Militar para a sociedade?**

Entendo que a Justiça Militar é muito importante para o equilíbrio da sociedade, pois a segurança pública é um dos temas mais relevantes do País. E, junto com a administração militar, nos empenhamos em garantir que os nossos militares prestem o melhor serviço para a população. O policial e o bombeiro militar zelam pelo dia a dia das pessoas e, quando é necessário, fazer contencões por meio de julgamentos, cabe à Justiça Militar desempenhar esse papel.

**Como a Justiça Militar faz para afastar o risco de corporativismo?**

A própria composição da Justiça Militar já afasta essa possibilidade. A primeira instância é formada por juízes concursados, chamados de togados, que são os juízes civis. A segunda instância é integrada por três coronéis da Polícia Militar, um dos Bombeiros Militar, mais um promovido da primeira instância, um da vaga do quinto constitucional da OAB e outro do quinto constitucional do Ministério Público.

Essa composição garante uma sinergia muito boa entre os magistrados da Justiça Militar, pois une a experiência de quem conhece de perto as situações que estão sen-

do apuradas, e sobre as quais se decidirá, ao conhecimento jurídico daqueles que estão na área há muitos anos.

**Como o senhor avalia a ampliação da competência da Justiça Militar no Brasil?**

É um ganho para a sociedade, uma vez que desonera a Justiça Comum. Crimes praticados por militares, e que não estavam no Código Penal Militar, oneravam a Justiça comum. Agora, nós estamos recebendo os processos que estavam na Justiça Comum e que ainda não tiveram sentença. E não só aqueles processos que já estavam em andamento, mas também casos que surgem de fatos novos.

**A ampliação da competência traz mais segurança jurídica às decisões?**

Entendo que sim, pois, às vezes, um militar, junto com outros militares, se envolveu, por exemplo, em uma situação na qual surgiu alguma agressão, a Justiça Militar ficaria responsável pelo processo de lesão corporal e à Justiça Comum caberia uma ação sobre abuso de autoridade e tortura. Agora, como todos os processos dos fatos percebidos nessa atuação vão para um único lugar, a Justiça Militar, na qual há pessoas que conhecem a realidade interna dos quartéis e do exercício da função, há um ganho na tomada das decisões. ■

# FUTURA DIRETORIA QUER GESTÃO COMPARTILHADA

Nelson Missias reafirma disposição para o diálogo

GEORGIA BAÇVAROFF, IZABELA MACHADO  
E TIAGO PARRELA,

O segundo maior Tribunal de Justiça do País será comandado, a partir do próximo mês, pela diretoria eleita no dia 23 de abril deste ano para o biênio 2018/2020. São quase 2.000 magistrados mineiros (ativos e inativos), 18 mil servidores, 296 comarcas, com atuação nos 853 municípios mineiros e um acervo de cerca de 6 milhões de processos.

**Para administrar toda essa estrutura pelos próximos dois anos, o futuro presidente, desembargador Nelson Missias de Moraes, disse que contará com a participação da diretoria eleita e dos magistrados, bem como dos servidores, já que pretende fazer uma gestão compartilhada.** “Para mim, essa é uma missão e irei cumpri-la de forma colegiada. Durante toda minha vida, aprendi a importância de ouvir as pessoas para acertar mais e, portanto, darei tudo de mim para meu Tribunal, como sempre fiz pela Magistratura”, afirmou o próximo presidente do TJMG em entrevista exclusiva ao DECISÃO.

Em seu plano de gestão, Nelson Missias de Moraes assumiu o compromisso de manter a valorização dos membros do Poder Judiciário e dos servidores. De acordo com ele, essa é uma condição primordial para a atividade-fim do Tribunal. “O aperfeiçoamento do Judiciário é construção permanente da qual os desembargadores são protagonistas e têm papel de liderança, pelo que, mais do que ninguém, são capazes de apontar o que pode e deve ser feito”, disse.

## PRIMEIRO GRAU

Para o magistrado, o planejamento estratégico é fundamental. “É necessário um planejamento a curto, médio e longo prazo, e é isso que iremos fazer”,

adiantou ele. O planejamento inclui a valorização do primeiro grau de jurisdição. Como já foi líder associativo (presidiu a Amagis no triênio 2007/2009), ele conhece de perto as necessidades e demandas dos magistrados. “É no primeiro grau de jurisdição onde tudo começa. O cidadão bate às portas do juiz de primeiro grau, e, para muitos deles, a Justiça é a última esperança para a resolução de um conflito. E eu sei as dificuldades que os juízes estão vivendo em termos de pessoal e de estrutura. Vamos trabalhar juntos”, reafirmou Nelson Missias.

Buscar alternativas para reverter a situação financeira do Judiciário é uma das prioridades do desembargador. De acordo com

ROBERT LEAL/TJMG



Sede do TJMG, em Belo Horizonte

ele, um dos maiores gargalos do Judiciário hoje, a despeito da importância de outros, é o aspecto financeiro. A falta de juizes em comarcas do interior, a estrutura e as condições de trabalho, que contribuem, muitas vezes, para a imensa carga processual no Judiciário mineiro, são partes dos problemas enfrentados e, para reverter essa realidade, são necessários investimento e recursos. “Tenho plena consciência das dificuldades que se avolumam cada vez mais, mas tenho certeza que vamos buscar alternativas e reverter esse quadro”.

## PARCERIA DA AMAGIS

Durante três anos, entre 2007 e 2009, Nelson Missias foi o porta-voz dos magistrados mineiros, como presidente da Amagis, a segunda maior Associação de magistrados estaduais da América Latina, e também atuou, nos últimos oito anos, como vice-presidente na AMB. Para ele, a Amagis contribui para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, na medida em que busca conhecer e levar ao Tribunal as demandas e os anseios dos magistrados mineiros. “A Amagis é o braço

político da Magistratura mineira, e eu sei da sua importância para a classe e de sua dimensão nacional. Quero contar com a Amagis porque vejo nela uma importância fundamental para o aprimoramento do sistema de Justiça do nosso Estado”, reconheceu.

As experiências como líder associativo, segundo o futuro presidente do TJ, contribuirão para sua gestão. “Quando você tem as duas visões, do lado associativo e do lado institucional, é possível aperfeiçoar a sua possibilidade de acertar. Eu fazia reivindicações e trazia ao Tribunal os anseios da classe. Anseios que conheço bem. Como presidente do Tribunal, a partir de julho, terei a mesma preocupação com os magistrados e ainda com os servidores e com os cidadãos, que necessitam do trabalho da Justiça”, apontou Nelson Missias de Moraes, que, também à frente do Tribunal, será ordenador de despesas e terá limites legais para determinadas situações. “Eu lido com isso com muita tranquilidade e terei maturidade para dirigir o Tribunal, porque conheço e compreendo todos os lados e partes”, disse.

### PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

“Somos movidos a desafios, e é esse o mote que nos faz crescer, enquanto ser humano e também funcionalmente”. A afirmação é do desembargador Afrânio Vilela, primeiro vice-presidente eleito do TJMG. Para ele,

GEORGIA BAÇVAROFF



### “DAREI TUDO DE MIM PARA MEU TRIBUNAL, COMO SEMPRE FIZ PELA CLASSE”

NELSON MISSIAS DE MORAIS

desde que o Constituinte de 1988 elegeu o Poder Judiciário como o realizador do pleno direito do cidadão, há um obstáculo a ser superado conjuntamente por todos os magistrados e servidores, que é o de responder aos reclamos postos perante os primeiro e segundo graus de jurisdição, e fazê-lo por meio de decisões justas, céleres, eficazes e seguras. “Nossa atuação necessária, nessa quadra, será a proposição para a adoção de medidas que alinharão o serviço Judiciário ao sentido de importância que ao juiz foi reservado pela Carta Maior, pela lei e pela confiança do cidadão. Tudo isso sob nova base, construída via informática, nessa nova era que é digital, virtualizada”, avaliou o desembargador em entrevista ao DECISÃO.

Dar respostas, com celeridade e efetividade, é um dos grandes problemas enfrentados pelo Judiciário, desde o primeiro grau. Para o primeiro vice-presidente eleito, a solução para estes e outros problemas, afetos à área judiciária do Tribunal, tem surgido pela atuação proativa de desembargadores, juízes e servidores. “Quando o juiz reconhece sua prevenção, une os processos semelhantes e os julga conjuntamente, como manda a legislação processual, contribui decisivamente para a eficiência,

GEORGIA BAÇVAROFF



### “A UNIÃO É O AMÁLGAMA QUE INTEGRA O JUDICIÁRIO MINEIRO”

AFRÂNIO VILELA

cia, segurança e otimização de aplicação da lei. A partir desse entendimento, ocorrerá a diminuição da carga de trabalho no primeiro grau, a sentença, única, abrangerá todos os feitos iguais, prevenirá futuras demandas repetitivas, além de propiciar que um único feito recursal, mesmo contendo diversas razões ou contrarrazões de recurso, suba ao Tribunal”, alertou.

O magistrado destacou a importância da utilização da informática nos julgamentos para atender às demandas e prostrar o processo frente a ferramentas e recursos de tecnologia utilizados pelos usuários dos serviços do Judiciário. “Observa-se que, hoje, os processos, mesmo digitalizados, ainda são, em regra, decididos unitariamente, mesmo quando absolutamente iguais em seus pedidos ou causas de pedir. A TI (tecnologia de informação) tem sido pouco usada; há suporte a ser disponibilizado brevemente, já testado e aprovado, que possibilitará inovações na forma da grande travessia do Judiciário, qual seja, do julgamento físico para o virtual”, avaliou.

Afrânio Vilela defendeu que a forma de decidir, até aqui privilegiando a individualização de julgamentos e alicerçada em processos físicos e manuais, seja convertida em sistemática bifurcada, segundo a qual a inteligência artificial ajudará a julgar feitos repetidos e a resolver questão absolutamente idên-

tica e/ou de massa, e, de outro, possibilite a reserva da Inteligência cognitiva, para atender aos casos que exijam raciocínio lógico para interpretação humana dos fatos.

Assim como o presidente eleito, o futuro 1º vice-presidente também ressaltou a carência de recursos como um dos grandes obstáculos para a gestão judiciária, mas também garantiu que as conquistas nas atividades afetas ao cargo serão preservadas. “Administrar em tempos de escassez é a grande tarefa de todos na administração”, disse, ao pontuar a necessidade de apoio de seus pares na administração e dos desembargadores, em seus gabinetes, no sentido de apoiar as inovações vindouras e, juntos, vencer o desafio de bem administrar, para tanto utilizando de criatividade tecnológica, outro grande desafio do Judiciário em todo o País, e assim responder aos anseios dos usuários. “A união é o amálgama que integra o Judiciário mineiro”, afirmou.

### SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Primeira mulher a ocupar a 2ª Vice-Presidência do TJMG, a desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez vê em sua eleição oportunidade de abrir espaço para maior participação feminina no Poder Judiciário de Minas Gerais. “O fato de ser a primeira mulher à frente da 2ª Vice-Presidência do Tribunal constitui, para mim,

TJMG



### “SINTO-ME PARTE INTEGRANTE DESSA IMPORTANTE MISSÃO QUE É O TRABALHO DA ESCOLA JUDICIAL”

ÁUREA BRASIL

motivo de enorme responsabilidade e gratidão pela confiança de meus pares. Depois de mais de 40 anos de existência da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), a eleição de uma mulher para presidi-la é mais um caminho que se abre para a participação feminina em um ambiente historicamente masculino”, afirmou Áurea Brasil.

Poder trabalhar à frente da Ejef é, para a desembargadora, a principal razão da escolha de sua candidatura à 2ª Vice-Presidência do TJMG. Desde 2004, a magistrada participa como orientadora nos cursos de formação da Escola e, desde o início de sua carreira, frequenta, como aluna, os cursos de formação continuada e os seminários ofertados pela Ejef. “Sou, portanto, testemunha e me sinto parte integrante dessa importante missão, que é o trabalho da Escola Judicial. Acredito plenamente que só o conhecimento e as ações que dele decorrem podem mudar o homem e o mundo, e a Ejef é um campo profícuo para que possamos trazer melhorias para os magistrados e servidores, em prol de uma Justiça mais qualificada, eficiente e humana”, destacou a desembargadora.

RENATA CALDEIRA/TJMG



### “BUSCA-SE RESOLVER TUDO NA JUSTIÇA E ESSA É UMA PRAXE VICIOSA. PRECISAMOS QUEBRAR ESSE TABU”

MARIÂNGELA MEYER

Ao iniciar sua atuação na 2ª Vice-Presidência, Áurea Brasil tomará como ponto de partida a realidade vivenciada por juízes, desembargadores e servidores e os desafios e dificuldades que enfrentam em seu trabalho diário. Depois disso, procurará direcionar as práticas pedagógicas aos problemas e questões demandadas.

A futura segunda vice-presidente ainda pretende incrementar a participação dos novos juízes nas atividades forenses, com ampliação do tempo para atuar nas diversas varas da capital e com o acompanhamento dos magistrados titulares, e instituir o programa “Férias no Fórum”, segundo o qual mestrandos e doutorandos poderão, por meio de contrato apenas durante suas férias, em convênio com faculdades, conhecer as atividades jurisdicionais e, ao mesmo tempo, atuar como estagiários dos magistrados.

Para colocar todas as propostas em prática, Áurea Brasil sabe que terá grandes desafios a serem vencidos, como o déficit de magistrados e servidores, a grande carga de trabalho acumulada por eles e a vasta gama de atribuições da 2ª Vice-Presidência, responsável não só pela formação inicial e permanente dos magistrados e servidores, mas também pela seleção e acompanhamento de estagiários; pela realização de concursos públicos para a Magistratu-

ra, para servidores do TJ e para notários e registradores do Estado de Minas Gerais, além da gestão documental da instituição. “Só pela abrangência das atribuições e pelo imenso universo de servidores e magistrados do Estado de Minas Gerais – que, somados, superam o número de 16.000 –, já consubstanciavam desafios enormes à gestão da 2ª Vice”, reconheceu a desembargadora.

Para vencer esses obstáculos, ela espera contar com apoio de colegas magistrados e servidores e desenvolver uma atuação conjunta em prol da melhoria da prestação jurisdicional.

### 3ª VICE-PRESIDÊNCIA

A desembargadora Mariângela Meyer, eleita 3ª vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), considerou que a sociedade está cada vez mais consciente e atuante, não somente no debate político, mas na cobrança de resultados efetivos por parte do Poder Público em geral.

De acordo com ela, o novo CPC trouxe consigo os anseios da sociedade no sentido de estimular o que foi chamado de cultura da paz, com grande destaque para a mediação e conciliação. Tudo isso, segundo a magistrada, exigirá mudanças de postura e de ações efetivas por parte dos Tribunais, incentivados e promovidos pela 3ª Vice-Presidência, ca-

RENATA CALDEIRA/TJMG



### “A TAREFA É DESAFIADORA E EXIGE SACRIFÍCIOS QUE SERÃO SUPERADOS COM O ESFORÇO E A DEDICAÇÃO”

SALDANHA DA FONSECA

bendo dar suporte material e incentivo e treinamento para aqueles que irão trabalhar na área.

A desembargadora ressaltou que uma de suas metas é a expansão da conciliação, dando continuidade ao aprimoramento e buscando a expansão do percentual de casos solucionados, e da instalação de novos Cejuscs. “A desjudicialização é o caminho a se trilhar. Busca-se resolver tudo na Justiça, e essa é uma praxe viciosa. Precisamos quebrar esse tabu”, disse Mariângela Meyer.

### CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

Eleito corregedor-geral de Justiça, o desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca disse que pretende, juntamente com o presidente do TJMG e os demais colegas que compõem o corpo diretivo do Tribunal, proporcionar grupos de cooperação, compostos por magistrados e servidores, buscando descongestionar o acervo processual, bem como

SORAIA COSTA



### “A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEVE SER OFERECIDA COM A MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL”

CORRÊA CAMARGO

orientar os serviços das secretarias de juízo, com a implantação de boas práticas de gestão judiciária.

Outra preocupação do corregedor eleito diz respeito ao foro extrajudicial, onde voltará toda a atenção para regular a correta prestação dos serviços notariais e de registro, ouvindo os titulares dessas secretarias. “A tarefa é desafiadora e exigirá de todos sacrifícios que serão superados com o esforço e a dedicação dos magistrados e servidores de Tribunal de Justiça de Minas Gerais”, afirmou o magistrado, ressaltando que contará com a colaboração estreita dos eminentes magistrados que serão indicados para o quadro de juízes auxiliares da Corregedoria, dos juízes diretores de foro e do eficiente quadro de servidores que integram a Corregedoria de Justiça.

O vice-corregedor eleito, desembargador Jayme Silvestre Corrêa Camargo, disse que pretende desenvolver um trabalho de orientação e fiscalização dos serviços judiciais, juntamente com o corregedor-geral de Justiça, e que a demanda crescente de processos e a carência de magistrados e servidores são as maiores dificuldades apontadas para o Poder Judiciário, especialmente em um cenário de falta de recursos. “A prestação jurisdicional deve ser oferecida com a maior brevidade possível, porque Justiça tardia não é Justiça”, disse. ■

# Magistrados debatem ciências penais

Instituto de Ciências Penais promoveu 5º congresso bienal

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 28 de maio, ao lado do presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, e do presidente eleito do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, da abertura do 5º Congresso Bienal Ciências Penais - Novas Perspectivas.

O desembargador Alexandre Victor de Carvalho, presidente do Instituto de Ciências Penais (ICP), destacou o objetivo do congresso de discutir as novas perspectivas das ciências criminais no século XXI. O encontro é promovido pelo ICP, com o apoio da Amagis.

Nesta edição, o desembargador Herbert Carneiro, ex-presidente do

Abertura do congresso no TJMG

TIAGO PARRELA



TJMG, na pessoa de seu filho, advogado Thiago Pires Silva Carneiro, e a desembargadora Jane Silva (uma das fundadoras do ICP), foram homenageados pela diretoria do Instituto, por todo empenho na discussão e projeção das Ciências Penais no Estado e no País. ■

gadora Jane Silva (uma das fundadoras do ICP), foram homenageados pela diretoria do Instituto, por todo empenho na discussão e projeção das Ciências Penais no Estado e no País. ■

to, por todo empenho na discussão e projeção das Ciências Penais no Estado e no País. ■

Programa  
**Check-up**

Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:  
[www.amagissaude.com.br](http://www.amagissaude.com.br)

 **AMAGIS**  
**Saúde**

# Diálogo segue fortalecido

Amagis e TJ discutiram reivindicações da classe

GEORGIA BAÇVAROFF

O diálogo institucional entre a Amagis e o TJMG segue fortalecido. Em retribuição à visita da diretoria da Associação em abril último, o presidente do TJ, desembargador Geraldo Augusto, encontrou-se, no dia 16 de maio, com o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e diretores na sede da Amagis.

Além da cortesia, o encontro foi marcado pela discussão de temas de interesse da Magistratura Mineira.

Na ocasião, o presidente do TJMG destacou a impor-



Diretoria da Amagis com o presidente do TJMG

tância da parceria e do trabalho da Amagis, desenvolvido em conjunto com o Tribunal, em prol do Judiciário mineiro. "A Amagis é, e sempre foi, a família do juiz mineiro", afirmou o presidente do TJMG.

Também participaram do encontro, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Cristiana Gualberto, a

vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, o diretor de Comunicação, juiz Christyano Generoso, o vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz Junior, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho, e o vice-presidente do Interior, juiz Antônio Carlos Parreira. ■

# Conamat tem defesa da previdência

Maurício Soares representou o presidente da AMB

TIAGO PARRELA

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, representou o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, na abertura do XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado no dia 2 maio, em Belo Horizonte.

O congresso foi promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (Amatra 3), com o tema "Horizontes para a Magistratura: Justiça, Trabalho e Previdência".

Na abertura do evento, o presidente da Amatra 3, Flávio Antônio Campos Vieira, afirmou que o tema do congresso representava um grande desafio para quem



José Perdigão e Maurício Soares

almeja um Direito do Trabalho socialmente justo, e defendeu a preservação do regime jurídico previdenciário compatível com as prerrogativas da Magistratura.

O presidente do TRT da 3ª Região (MG), desembargador Marcus Moura Ferreira, ressaltou a preocupação em relação ao futuro da Justiça do Trabalho. ■

## CONVÊNIOS

### ★ DATA FLORA

Desconto de 20% em qualquer produto. Aceita cartão de crédito e não há taxa de entrega para Belo Horizonte. Serviço gratuito de entrega de flores em datas pré-agendadas como aniversários, celebração do dia casamento, dia dos namorados etc. **Telefone:** (31) 3372-0101 **Endereço:** Rua Desembargador Barcelos, 1193 - Nova Suíça

### ★ GARDEN CENTER

Bouquets, arranjos, cestas de café da manhã e orquídeas com desconto de 10%. Serviços de ambientação e decoração de eventos com desconto de 5%. Serviço gratuito de entrega de flores em datas pré-agendadas, como aniversários, celebração do dia casamento, dia dos namorados etc. **Telefone:** (31) 3222-9956 **Endereço:** Av. Bias Fortes, 750

### ★ MUDANÇAS BOAS NOVAS

Desconto de 10% à vista em transportes estaduais, locais e municipais. E também no serviço de expresso e motoboy, e de guarda móveis. **Telefones:** (31) 3373-2851 e/ou (31) 3371-1838 **Endereço:** Rua Onze de Abril, 36 - Jardim América

### ★ MUDANÇAS E TRANSPORTE LOU-BACK BRASIL

Desconto de 15% à vista na montagem e desmontagem de móveis; armazenagem sem ônus pelo período de 45 dias em nossas instalações em BH, caso o magistrado ainda não tenha o imóvel na cidade de destino. **Telefone:** (31) 3388-2323 **Endereço:** Rua Sacadura Cabral 355, Vila Oeste

# DIREITO E NEUROCIÊNCIAS

O estudo do cérebro humano é importante para o juiz?

DAMIÃO ALEXANDRE TAVARES DE OLIVEIRA\*

**E**sta foi uma das questões postas na obra Direito Constitucional e Neurociências, que é fruto do desenvolvimento da dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), lançada por este subscritor pela Editora Juruá, em 5 de março deste ano.

Mas voltando à questão. A função básica do cérebro humano é manter o restante do corpo vivo. Nele, e dele, produzem-se as emoções, comportamentos e ações. Dessas ações, emanam fatos jurídicos, nas mais diferentes áreas, tais como: crimes, disputas patrimoniais, empresariais, consumeristas, trabalhistas, que precisam ser melhor compreendidas por quem atua no foro e, principalmente, pelo juiz.

O magistrado lida com os problemas humanos que advêm do cérebro; interpreta e aplica normas criadas pelo ser humano, por meio do cérebro criativo do legislador. Deve, portanto, conhecer onde transita e a repercussão de suas decisões na mente da sociedade.

Esses provimentos transitam, muitas vezes por casos difíceis, como: a) decisões de vida e de morte,

como a interrupção da gravidez de fetos anencefálicos; b) a judicialização de problemas ligados à saúde mental, como o fornecimento de medicamentos e exames; c) interdições, tomada de decisões apoiada e testamentos vitais; d) direitos à saúde de grupos vulneráveis, como os deficientes. Por isso, defendemos, em nossa obra, a gestação de uma nova (e inédita) geração ou dimensão de

**“A FUNÇÃO BÁSICA DO CÉREBRO HUMANO É MANTER O RESTANTE DO CORPO VIVO. NELE, E DELE, PRODUZEM-SE AS EMOÇÕES, COMPORTAMENTOS E AÇÕES. DESSAS AÇÕES, EMANAM FATOS JURÍDICOS”**

direitos, chamada de Dimensão Neurojurídica que visa, em última análise, a proteção do cérebro humano de forma autonomizada. Nessa linha, em nossa obra, embora reconheça-se uma proteção “implícita” do cérebro, defende-se que: “diante dos potenciais (e perigos) que gravitam em torno dos estudos e pesquisas do cérebro, torna-se imprescindível repensar e reforçar a proteção deste órgão vital, de maneira autônoma e individualizada, tanto em seu aspecto material (físico-exterior), por meio de políticas públicas ligadas à prevenção e repressão de doenças e propagandas danosas, quanto por meio de disposições específicas relacionadas à violação do cérebro, em seu aspecto mental (imaterial). Os objetivos são inúmeros, tais como: melhorar a qualidade de vida das pessoas, individualmente consideradas; propiciar uma paz cerebral coletiva; regulamentar as pesquisas cerebrais; controlar propagandas nocivas ao cérebro,

**“O MAGISTRADO LIDA COM OS PROBLEMAS HUMANOS QUE ADVÊM DO CÉREBRO; INTERPRETA E APLICA NORMAS CRIADAS PELO SER HUMANO, POR MEIO DO CÉREBRO CRIATIVO DO LEGISLADOR”**

em especial aquelas voltadas às crianças, aos adolescentes e outros grupos vulneráveis; proteger o ser humano, enfim, a partir de um dos seus principais órgãos”. Esta seria uma das grandes questões que deveríamos estar a discutir e refletir; em especial, nós, magistrados e juristas.

Nós que, não raro, no contato direto com o público, precisamos estar emocionalmente equilibrados; no caso do juiz, junto com sua equipe, para conduzir audiências de conciliação e de instrução, resolver pacificamente conflitos, gerir as unidades judiciárias

com sapiência, suportar as pressões e enfrentar o elevado número de processos físicos e/ou eletrônicos, com equilíbrio mental, alinhando-se às metas dos órgãos superiores. Ou alinharmos nossos cérebros às novas normas ou teremos problemas. Assim, surgem inúmeras ligações cérebro/norma.

Nessa linha, Atahualpa Fernandez com precisão diz que: “[...] porque não há uma instituição humana mais fundamental que a norma jurídica e, no campo do progresso científico, algo mais instigante que o estudo do cérebro, a união destes dois elementos (norma/cérebro) acaba por representar uma combinação naturalmente fascinante, uma vez que a norma jurídica e o comportamento que procura regular são ambos produtos de processos mentais”.

Portanto, porque “se julga com o cérebro”, porque a tomada de decisão surge no cérebro, estou convicto de que a sociedade precisa de uma justiça humanizada e não “acéfala”.

Ainda assim, malgrado estes fatores, e extraindo minhas conclusões pessoais, indago aos leitores, o estudo do cérebro não seria importante para os juizes? ■

\*Juiz da 1ª Vara Cível de Ponte Nova

## AGENDA CULTURAL

### MÚSICA

#### ▶ TULIO MOURÃO E CÉLIO BALONA

**Data:** 13 de junho  
**Horário:** 20h  
**Local:** Cine Theatro Brasil  
**Ingressos:** R\$15,00 e R\$ 30,00  
**Informações:**  
cinetheatrobrasil.com.br

#### ▶ ORQUESTRA MULTIPLAYER AND THE 90'S KIDS

**Data:** 17 de junho  
**Horário:** 19h  
**Local:** Cine Theatro Brasil  
**Ingressos:** R\$22,50 a R\$ 55,00  
**Informações:**  
cinetheatrobrasil.com.br

#### ▶ ALCIONE - EU SOU A MARROM

**Data:** 22 de junho  
**Horário:** 22h  
**Local:** Km de Vantagens Hall  
**Ingressos:** R\$45,00 a R\$520,00  
**Informações:** premier.  
ticketsforfun.com.br

#### ▶ SEU JORGE

**Data:** 20 de julho  
**Horário:** 22h  
**Local:** Km de Vantagens Hall  
**Ingressos:** R\$45,00 a R\$90,00  
**Informações:** premier.  
ticketsforfun.com.br

#### ▶ LÉO JAIME & LEONI NO SHOW LEONI & LEONARDO

**Data:** 21 de julho  
**Horário:** 22h  
**Local:** Km de Vantagens Hall  
**Ingressos:** R\$40,00 a R\$560,00  
**Informações:** premier.  
ticketsforfun.com.br

### TEATRO

#### BARBIXAS - IMPROVÁVEL

**Data:** 29 e 30 de junho e 1º de julho  
**Horário:** 21h30 (Dias 29 e 30); 18h (Dia 1º)  
**Local:** Cine Theatro Brasil  
**Ingressos:** R\$35,00 a R\$ 80,00  
**Informações:**  
cinetheatrobrasil.com.br

#### ▶ SHEREK - O MUSICAL

**Data:** 22 de julho  
**Horário:** 16h  
**Local:** Cine Theatro Brasil

**Ingressos:** R\$40,00 a R\$100,00  
**Informações:**  
cinetheatrobrasil.com.br

### ARTES VISUAIS

#### ▶ 100 ANOS DE ATHOS BULCÃO

**Data:** até 24 de junho  
**Horário:** 9h às 21h  
**Local:** Centro Cultural Banco do Brasil  
**Ingressos:** entrada franca  
**Informações:**  
culturabancodobrasil.com.br

#### ▶ UM JARDIM EM FLORESTA

**Data:** até 8 de julho  
**Local:** Palácio das Artes  
**Horário:** Terça a sábado, de 9h30 às 21h  
**Ingressos:** entrada franca  
**Informações:** (31) 3236-7400

### CINEMA

#### BLUE EYES OF THE BROKEN DOLL

**Data:** 14 de julho  
**Local:** Cine Humberto Mauro  
**Ingressos:** entrada franca  
**Informações:** fcs.mg.gov.br ou (31) 3236-7400

#### ▶ PELO AMOR E PELA MORTE

**Data:** 4 de agosto  
**Local:** Cine Humberto Mauro  
**Ingressos:** entrada franca  
**Informações:** fcs.mg.gov.br ou (31) 3236-7400

### DANÇA

#### ▶ MAGIC INDIA

**Data:** 21 de junho  
**Horário:** 20h  
**Local:** Palácio das Artes  
**Ingressos:** R\$10,00 e R\$20,00  
**Informações:** (31) 3236-7400

#### SUBJETIVIDADES DANÇANTES

**Data:** 30 de junho  
**Horário:** 19h30  
**Local:** Palácio das Artes  
**Ingressos:** R\$10,00 e R\$20,00  
**Informações:** (31) 3236-7400

\*Para o voucher do km de vantagens, o ingresso custa R\$48,00

## BAÚ DE ACORDES

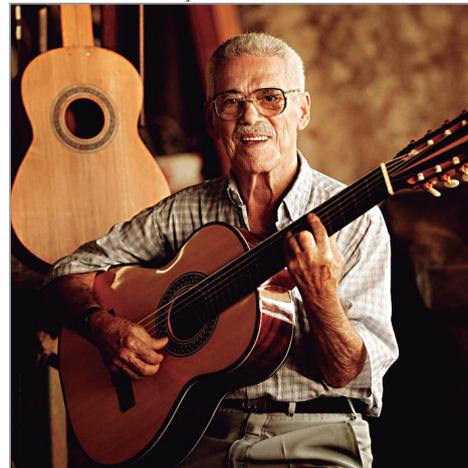
Tiago Parrela

**Dino Sete Cordas** – Neste ano, mais precisamente em maio, é lembrado o centenário de um dos maiores violonistas brasileiros, Dino Sete Cordas, ou Horondino José da Silva, que desenvolveu uma linguagem e técnica para o violão de sete cordas, que virou escola. O instrumento, que teria chegado ao Brasil trazido por ciganos russos, foi incorporado pelos músicos de choro e samba criando uma forma de se tocar através do acompanhamento seguido por uma sequência de baixos, fazendo contraponto à melodia.

Autodidata, Dino começou a tocar violão de seis cordas por volta dos 7 anos, vendo seu pai e primos tocarem foi imitando os acordes no violão e depois começou acompanhá-los em serestas. A profissionalização veio em 1937, aos 19 anos, quando foi chamado para tocar junto ao grupo do flautista Benedito Lacerda. Nessa época ainda tocava o violão de seis cordas, somente em 1952, é que Dino partiu para o violão de sete cordas criando uma linguagem musical que ele já desenvolvia.

Em entrevista ao maestro Nelson Macedo, em 1992, para o programa Escola Brasileira de Música, Dino revelou que o desenvolvimento de sua técnica se deu a partir da percepção de como se tocava o 7 cordas na época. Segundo ele, naquele período, fazia-se uma linha de baixo com pouca divisão rítmica, que imitava a Tuba. A inovação de Dino foi o arranjo com uma linha de contraponto mais ritmado inspirado nos contrapontos de Pixinguinha. ■

VIOLAO.ORG / REPRODUÇÃO



Dino Sete Cordas

## VIA JUSTIÇA

## PENSAMENTO JURÍDICO



FOTOS: AMAGIS



### Direito urbanístico

O Via Justiça debate sobre o Direito Urbanístico. Nossos convidados são o juiz Michel Curi, da 1ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, e o advogado Paulo Viana, presidente da Comissão de Direito Urbanístico da OAB-MG. Quais são os direitos do cidadão em face do Direito Urbanístico e Ambiental? (Foto)

### Habeas Corpus

O Via Justiça debate sobre Habeas Corpus. Para falar do assunto, convidamos o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Michel Reis, membro do Instituto de Ciências Penais (ICP) e professor de Direito Penal na Faculdade Dom Helder Câmara. Como está sendo usado o habeas corpus no atual momento do País?

### 30 anos da Constituição

Vamos abordar os 30 anos da Constituição Federal. Como ela foi idealizada? Em quais constituições se baseou? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Bruno Terra Dias, da 1ª Vara de Sucessões e Ausência de Belo Horizonte, e o advogado Mário Lúcio Quintão, da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB-MG. (Reprise)

### Defesa do Consumidor

Um dos desafios para este ano será a mudança mais recente no Código de Defesa do Consumidor, que aconteceu em outubro passado. Quais são as necessidades de atualizações? Nossos convidados, a juíza aposentada Marli Maria Braga Andrade e o advogado Rômulo Brasil, avaliam e analisam as modificações. (Reprise)

### Segurança nos fóruns

Desde o fim do ano passado, o Judiciário mineiro decidiu não fazer mais a guarda das armas que estão vinculadas a processos judiciais. Nosso convidado é o juiz Marcelo Rodrigues Fioravante, diretor do foro da Comarca de Belo Horizonte e auxiliar da Corregedoria de Justiça de Minas. (Foto)

### Reformas eleitorais

Em janeiro passado, o Brasil completou 137 anos de sua 1ª reforma eleitoral. De lá pra cá, ainda tenta ajustar o sistema político-eleitoral: conserta de um lado, mas atrapalha do outro. Quais foram as principais mudanças e quais as razões de tantas alterações? Para falar sobre o assunto, convidamos a advogada Luciana Nepomuceno, autora do livro minirreforma eleitoral comentada.

### Balanco Infracional

O envolvimento de jovens e adolescentes com o mundo do crime tem desafiado as autoridades. Quais são as principais ocorrências infracionais e qual é o perfil dos infratores? Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Valéria Rodrigues Queiroz, titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

### Justiça Militar

A Justiça Militar, como a Justiça comum, prioriza a transparência, a gestão e respostas mais rápidas para a sociedade. Quais são seus principais desafios e qual a importância do Direito Militar para o sistema de Justiça brasileiro? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz James Ferreira Santos, novo presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

#### TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

**TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

**TV COMUNITÁRIA** Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)



#### TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

**TV COMUNITÁRIA**

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

# SITE REÚNE DADOS DE BANCOS

Serviço facilita a análise das instituições financeiras pelos investidores

TARCÍSIO JOSÉ MARTINS COSTA\*

Recentemente, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Neon, sediado em Belo Horizonte. As contas de clientes da instituição financeira sofreram bloqueio até que o levantamento inicial dos saldos seja realizado. O referido banco era parceiro da fintech, empresa iniciante de tecnologia financeira – Neon Pagamentos – o que permitia que a empresa mais jovem mantivesse contas digitais para clientes, cujo número rondava os 600 mil, de acordo com a companhia. Recargas e novas emissões foram suspensas. A fintech diz que os cartões de seus clientes, entretanto, poderão ser usados no débito.

Sabe-se que a liquidação ocorreu por problema de gestão financeira do banco e não da Neon Pagamentos. A fintech está dependendo da integração de suas operações as de um novo banco parceiro para poder oferecer todas as funções das contas.

A missão de um banco de dados de dados de outros bancos é a de facilitar a análise fundamentalista das instituições por parte de um número amplo de investidores, pessoas físicas que compram papéis de renda fixa de longo prazo até investidores do segmento de private equity e gestores de assets e fundos de investimento.

O Banco Data agrupa e cria séries históricas dos dados publicados com periodicidade mensal ou trimestral pelas instituições. Atualmente, possui cerca de 56,9 mil balancetes e 62,0 mil demonstrações de resultados, divulgados pelo sistema de Balancetes e IF. Data do Banco Central.

Ao todo, esses documentos geram cerca de 15.657.638 dados, sobre os quais ainda o banco de dados de dados dos bancos gera informações estatísticas a fim de facilitar a análise das séries temporais e livrar o investidor do trabalho pesado de pesquisa e acompanhamento manual da saúde financeira das instituições.

O investidor será avisado, por e-mail, quando novos balanços forem publicados. Bastará que assine a lista de e-mails e receba, gratuitamente, um aviso quando novos balanços forem publicados. Parte superior do formulário

Em suma, o banco de dados de dados de bancos ajudará o investidor de Renda Fixa a conhecer melhor a saúde financeira de bancos, financeiras, cooperativas de crédito e corretoras de valores que atuam no mercado brasileiro, evitando, dessa forma, prejuízos tal como os ocorridos.

Bem por isso, o magistrado antes investir a sobra de seus vencimentos deve observar, além do nome a das propagandas feitas por essas Instituições, acompanhar os balanços apresentados. Se for assinante da lista de e-mails, será avisado quando novos balanços forem publicados.

A missão do Banco de Data é facilitar a análise fundamentalista das instituições, por parte de um número amplo de investidores pessoas físicas que compram papéis de renda fixa de longo prazo, até investidores, como já dito, do segmento de private equity e gestores de assets e fundos de investimento.

Como é do conhecimento geral, os bancos médios e pequenos costumam rentabilizar melhor os investidores e até precisam fazer isso para atraírem clientes dos grandes bancos. Por esse motivo, pagam juros melhores na renda fixa. Enquanto um grande banco paga 80% do CDI em um CDB, os bancos médios, por exemplo, chegam a pagar até 120% do CDI em alguns casos.

Tal rentabilidade é bastante atrativa, porém é preciso saber, com amplo conhecimento, onde estamos colocando nosso dinheiro.

Antes de investir é preciso avaliar a instituição financeira na qual se pretende colocar o dinheiro

ganho com tanta dificuldade. Uma boa fonte de informação é site [bancodata.com.br](http://bancodata.com.br). Digitando o nome da instituição, torna-se possível conhe-

cer as informações sobre a sua saúde financeira, índices de Basileia (o atual Índice de Basileia, por exemplo, do Banco Intermedium, é de 17,2%, o que significa que para cada R\$ 100 que o banco empresta tem R\$17,20 em patrimônio. O índice mínimo estabelecido pelo Banco Central é de 11%), bem como de imobilização, patrimônio líquido obtido, além de outros dados.

A propósito, aplica-se, aqui, o ditado bem mineiro: o olho do dono é que engorda o porco.■

\*Desembargador

**“A MISSÃO DE UM BANCO DE DADOS DE DADOS DE OUTROS BANCOS É A DE FACILITAR A ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DAS INSTITUIÇÕES POR PARTE DE UM NÚMERO AMPLO DE INVESTIDORES”**

**“O BANCO DATA AGRUPA E CRIA SÉRIES HISTÓRICAS DOS DADOS PUBLICADOS COM PERIODICIDADE MENSAL OU TRIMESTRAL PELAS INSTITUIÇÕES”**

# Carteira da Amagis Saúde gera agilidade e economia

Documentos de identificação do plano serão entregues neste mês

A partir deste mês, os usuários da Amagis Saúde começarão a receber a nova carteira de identificação do plano de saúde, com validade até o ano de 2021. Além de trazer informações como o nome do beneficiário, matrícula e o número do Cartão Nacional de Saúde, o uso da carteira garante agilidade e economia nos procedimentos e exames médicos.

A economia no uso da carteira da Amagis Saúde deve-se ao fato de que, ao utilizar a rede credenciada do plano, os associados pagam somente a taxa de coparticipação de 25%. Já quando utilizam os serviços da Unimed, além desse valor os usuários tem o custo adicional da taxa administrativa, de 17,7%.

Além da economia pessoal, a redução do uso da Unimed pode impactar também

no reajuste anual do plano, pois as despesas com a taxa de coparticipação é um dos critérios levado em consideração pela consultoria para os cálculos de revisão da mensalidade da Amagis Saúde.

Como o plano é exclusivo para a Magistratura mineira e familiares, a Amagis Saúde consegue proporcionar um atendimento desburocratizado a seus usuários, liberando as guias

Nova carteira de identificação da Amagis Saúde



A SAÚDE DA MAGISTRATURA

Maria Almeida Costa Rezende

Matrícula: 023456-7  
Validade: 30/6/2021

CNS: 000001111122222  
Cobertura Parcial Temporária: Não há

médicas com agilidade. Para obter mais esse benefício, é importante sempre ter em mãos a carteira do plano e o documento de identidade.

As atuais carteiras da Amagis Saúde têm validade até o dia 30 de junho. Caso o usu-

ário não tenha recebido o novo documento e precisar de atendimento médico, ele pode entrar em contato com Rosângela Corrêa, no (31) 3079-3499, ramal 3421, para ter todas as informações necessárias para a consulta. ■

DICAS



## CADASTRO DOS USUÁRIOS DO PLANO PRECISA ESTAR ATUALIZADO

**A Agência Nacional de Saúde Suplementar exige que as operadoras mantenham o cadastro atualizado dos usuários dos planos de saúde. Caso os dados de seus beneficiários estejam desatualizados, podem sofrer penalidades. Mais do que cumprir a orientação do órgão, manter as informações em dia é fundamental para que os associados recebam atualizações sobre todas as atividades da Amagis Saúde.**

🕒 **Por que atualizar?**  
**Para receber documentos, comunicações, demonstrativos, carteiras de identificação, convites para eventos e correspondências como a carta com informações sobre o check-up no mês do aniversário.**

🕒 **Quais dados precisam ser atualizados?**  
**Endereço, telefones e e-mail. Dados dos dependentes, como CPF e o**

**nome da mãe também precisam estar corretos e completos.**

🕒 **Como atualizar?**  
**Pelo telefone (31) 3079-3482, ou 3079-3499, ramal 3421, ou pelo site amagissauade.com.br, na opção fale conosco na barra de menu da página, para a qual o usuário será redirecionado e deverá selecionar cadastro de associado no campo setor.**



**PRESIDENTE**  
Maurício Torres Soares

**DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:**  
**Vice-presidente de Saúde**  
Luzia Divina de Paula Peixoto  
**Diretor de Saúde**  
Edison Feital Leite  
**Diretor Financeiro**  
Kenea Márcia  
Damato de Moura Gomes  
**Conselho Gestor:**  
**TJMG**  
Alexandre Quintino Santiago  
Renato Luís Dresch

**Suplentes**  
Estevão Lucchesi de Carvalho  
Edison Feital Leite  
**Juizes da Capital**  
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita  
Marli Maria Braga Andrade  
**Suplentes**  
João Luiz Nascimento de Oliveira  
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes  
**Juizes do Interior**  
Dalton Soares Negrão  
Juarez Morais de Azevedo

**Suplentes**  
Mateus Bicalho de Melo Chavinho  
Marcelo Carlos Cândido  
**Aposentados**  
Francisco Kupidowski  
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade  
**Suplentes**  
José Nicolau Masselli  
Paulo Mendes Álvares  
**Ouvidora do Amagis Saúde**  
Maria Luiza Santana Assunção

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008  
**Jornalistas:**  
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210  
**Projeto Gráfico:** Agência Graffo  
**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital  
**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

# Vacinação imuniza 300 usuários do plano

Associação estuda extensão de campanha para as comarcas do interior

**D**os dias 9 a 11 de maio, a equipe da Amagis Saúde esteve nas unidades do Fórum Lafayette nas Avenidas Augusto de Lima e Raja Gabaglia, e na sede do TJMG, na Avenida Afonso Pena, para promover a campanha de vacinação, que, neste ano, garantiu a imunização de 300 beneficiários do plano contra a gripe.

A vice-presidente de Saúde da Associação, juíza Luzia Peixôto, acompanhou a vacinação realizada na unidade Raja, no dia 9, e o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, esteve na sede do TJMG com o presidente do Tribunal, desembargador Geraldo Augusto, e o presidente eleito do TJ, desembargador Nelson Missias de Moraes, no dia 10. A juíza Riza Aparecida Nery, diretora do Parque Esportivo, participou da imunização na unidade Augusto de Lima, no dia 11.

Vários associados, como os juízes Marcelo Augusto Lucas Pereira e Vinícius Miranda Gomes levaram seus filhos para vacinar. Marcelo Pereira observou o caráter preventivo da campanha promovida pela Amagis Saúde, e Vinícius Gomes ressaltou a oportunidade de os magistrados imunizarem suas famílias contra doenças de inverno. ■

FOTOS: GEORGIA BAÇVAROFF

**Desembargadores Nelson Missias e Maurício Soares no TJMG**



**Luzia Peixôto com juízes e familiares na unidade Raja**



## NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADE	PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
ANDRADAS	Hospital Geral	Santa Casa de Misericórdia de Andradas	Rua Capitão Cirilo, 668 - Alto Alegre	(35) 3731-1345
ALFENAS	Endocrinologia	Femina	Rua João Paulino Damasceno, 1217 - Centro	(35) 3291-6581
CONSELHEIRO LAFAIETE	Hospital Geral	Hospital e Maternidade São José	Rua Dom Pedro I, 340 - Alto Vista Alegre	(31) 3769-6950
ESMERALDAS	Análises Clínicas	Bioclinica Laboratório	Rua Benedito Valadares, 183 - Centro	(31) 3538-1333
FORMIGA	Clínica Médica	João Marcos Lopes Silva	Rua Doutor Newton Pires, 190 - Centro	(37) 3322-1042
SALINAS	Cardiologia	Clínica Cardiológica Dr. Edgard	Rua Belo Horizonte, 152 - Raquel	(38) 3841-4426

# Check-up beneficia familiares de associados

Exames são gratuitos e devem ser realizados no mês do aniversário

Com mais de uma centena de atendimentos realizados desde o início do ano, o programa Check-up da Amagis Saúde tem agradado também aos familiares e beneficiários dos magistrados, que têm direito ao serviço, gratuitamente, no mês do seu aniversário.

Entre os agraciados com o presente dado pela Associação no mês do aniversário, estão os filhos do desembargador aposentado Pedro Quintino do Prado, Giselle Maria do Prado e Flávio Henrique Luiz do Prado, que, após realizarem os exames, não tiveram dúvidas em sugerir que todos os beneficiários realizem o check-up.

Giselle destacou a qualidade do atendimento e a rapidez com a qual os exames foram realizados. "Realizei os exames no mesmo dia, e o atendimento foi excelente!", afirmou. Já seu irmão, Flávio Henrique, comparou o serviço

TIAGO PARRELA



**Beneficiário Humberto Amaral durante consulta**

proporcionado pela Amagis Saúde com outros da mesma modalidade, e afirmou que o atendimento oferecido pela Associação é muito mais completo. "Aconselho a todos os associados e dependentes a realizarem o check-up", recomendou.

Na avaliação de Jane Rattis Pádua, esposa do desembargador Renato Dresch, o check-up da Amagis Saúde não só conta com uma bateria de exames completos, mas também um atendimento individualizado na escuta médica. "O tempo é tranquilo dentro do consultório. A partir do momento que você sai da consulta, você é prontamente atendido para os exames", comentou.

Segundo Sérgio Lellis Santiago Junior, filho do desembargador aposentado Sérgio Lellis, o check-up foi de grande valia, pois, a partir do diagnóstico feito no programa, foi possível identificar um possível problema congênito, que não havia sido identificado em outros exames.

Humberto Gomes Amaral, filho do juiz aposentado Getúlio Sérgio Amaral, disse que o tratamento disponibilizado pela Amagis Saúde é fundamental por seu caráter preventivo. Ele ressaltou a iniciativa da Associação de oferecer os exames no

mês do aniversário. "É o melhor presente que um usuário pode receber de um plano saúde, que se preocupa com o ser humano", afirmou.

O check-up é um presente da Amagis Saúde aos usuários do plano (titulares, dependentes e agregados) com 35 anos ou mais, que, no mês do seu aniversário, podem realizar a bateria de exames gratuitamente. Os beneficiários recebem um comunicado da Associação sobre o direito ao serviço que podem marcar a consultada antecipadamente.

Para agendar a consulta, os usuários residentes em comarcas do interior de Minas devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3499, ramal 3407, ou pelo e-mail [checkup@amagis.com.br](mailto:checkup@amagis.com.br) para saber qual credenciado poderá melhor atendê-lo. Em Belo Horizonte, os exames são realizados no Hospital Mater Dei e na Clínica Check-up Center. ■



"A partir do momento que você sai da consulta, você é prontamente atendido para os exames"  
- Jane Rattis Pádua



"Aconselho a todos os associados e dependentes a realizarem o check-up"  
- Flávio Henrique Luiz do Prado